

Edital de Chamada de artigos
Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Pará (nº 16) – 2023

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF/MPPA), torna pública a chamada de artigos científicos a serem publicados no **volume 16** da **Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Pará**, em formato de **Dossiê Temático: “Políticas Públicas, Desenvolvimento e Povos Tradicionais da Amazônia: protocolos e direitos de consulta”**. Serão publicados, nesse número, trabalhos inéditos: artigos, ensaios, resenhas e entrevistas no âmbito do tema proposto e em matérias jurídicas inerentes aos interesses tutelados pelo Ministério Público e/ou às funções institucionais a ele atribuídas pela Constituição da República e por leis infraconstitucionais, sendo incentivada a pluralidade de abordagens e perspectivas.

Prazo limite para submissão de artigos: 20 de novembro de 2023

Regras para submissão:

- 1) O trabalho deve abordar temática compatível com a linha editorial da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Pará.
- 2) O trabalho deve estar em formato Microsoft Word, ter entre 15 e 30 páginas sem espaçamentos entre os parágrafos, incluindo as referências. Deve, ainda, seguir os seguintes padrões: folha A4, orientação retrato; espaçamento 1,5 cm entrelinhas e alinhamento justificado; parágrafos iniciados a 1,25 cm da margem esquerda; margens superior e esquerda de 3 cm, inferior e direita de 2 cm. Deve ser utilizada a fonte *Times New Roman*, tamanho 12, estilo normal, exceto o título e as seções devem estar grafados em negrito. As citações diretas devem estar entre aspas duplas, sem a utilização de itálico, no corpo do parágrafo a que se referem; se ultrapassarem 3 (três) linhas, devem iniciar na margem do parágrafo seguinte, com recuo de 4 cm da margem esquerda, fonte *Times New Roman*, tamanho 10, espaçamento simples e sem aspas. Nessa hipótese, deve-se deixar uma linha em branco, antes e depois da citação.
- 3) As Referências deverão seguir o padrão da norma NBR 6023/2018 (da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT). As referências bibliográficas completas deverão constar apenas da lista de Referências, ao final do texto. Em notas de rodapé não deve ser incluída a referência completa, podendo-se utilizar o modelo autor/data/página. Esse mesmo modelo deverá ser utilizado no corpo do texto, quando há citações de trechos de obras, devendo a informação vir entre parênteses. Exemplos: XXXXXX, 2021, p. 102, em notas de rodapé; e (XXXXXX, 2021, p. 102) no corpo do texto.
- 4) As referências legislativas ou jurisprudenciais devem conter todos os dados necessários para sua adequada identificação e localização. Em citações de sites de internet deve-se indicar o *link*, introduzido pela expressão “Disponível em:” e a data de acesso, precedida da expressão “Acesso em:”. As datas devem seguir o padrão de abreviação universal ABNT. Exemplo: 15 set. 2022; 12 out. 2022 etc.

- 5) O texto deve ser precedido de título, resumo (de 100 a 250 palavras) e palavras-chave (de 3 a 5), todos em língua portuguesa e em inglês, além do sumário (em língua portuguesa).
- 6) O trabalho deve ser dividido em tópicos e apresentar itens específicos para introdução, considerações finais (ou conclusões) e referências.
- 7) O trabalho deve ter, no máximo, três autores. A qualificação do(a)(s) autor(a)(es) – titulação acadêmica concluída (mais alta), titulação em andamento (se houver), vinculação acadêmica ou profissional – e seu e-mail devem ser indicados; caso exerça o magistério, inserir os dados pertinentes logo após a titulação. Exemplo: Doutora em Direito pela UFPA. Professora de Direito Penal da Faculdade de Direito da UFPE. Advogada. E-mail.
- 8) Se houver financiamento, os dados do respectivo edital devem estar indicados em nota de rodapé. Se houver apresentação de resultados de pesquisa empírica inédita envolvendo seres humanos, deverá ser indicado em nota de rodapé a aprovação por comitê de ética.
- 9) O trabalho deve ser inédito e não estar sendo avaliado para publicação por outra revista.
- 10) O trabalho deve utilizar referências atualizadas e de autores nacionais e estrangeiros representativos na temática abordada.
- 11) Sendo o trabalho aprovado, o(s) autor(a)(es) concordam com a automática cessão de direitos autorais à Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Pará, que está autorizada a publicá-lo.
- 12) Os artigos deverão ser submetidos para o endereço eletrônico revistajuridica@mppa.mp.br

Após a submissão, os artigos passarão por uma avaliação preliminar pelo Diretor do Conselho Editorial e, em caso de deferimento, por um processo de avaliação por pares duplo-cego (*double blind review*), o qual levará em consideração a linha editorial da revista e o atendimento às regras para submissão. As fases do processo de avaliação estão estabelecidas no **Regulamento nº 01/2022-MP/CEAF/CD**.